



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

23/02/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## PIS 2022: revisão poderá incluir até 1,9 milhão de trabalhadores

O governo poderá incluir até 1,9 milhão de trabalhadores no pagamento do abono do PIS/Pasep 2022. Segundo a Dataprev, empresa de tecnologia responsável pelo processamento de dados do abono, a revisão nos cadastros está sendo feita porque foram identificadas inconsistências em informações enviadas pelas empresas na Rais (Relação Anual de Informações Sociais).

A consulta para saber se o trabalhador foi incluído no novo lote do PIS está prevista para ser liberada a partir do dia 16 de março, no aplicativo "Carteira de Trabalho Digital" e pela plataforma de serviços do trabalho no portal Gov.br. O benefício, de até R\$ 1.212, já está sendo pago para trabalhadores que não tiveram falhas em seu cadastro. Veja abaixo o calendário.

Ao fazer o cruzamento de dados dos cadastros dos trabalhadores, a Dataprev identificou divergências entre as informações declaradas no primeiro vínculo da Rais e as demais bases oficiais de registros trabalhistas. Agora, com a revisão dos cadastros, a empresa informou que amplia o cruzamento de dados para confirmar a data correta de vínculo do trabalhador.

Pode receber o abono salarial 2022 quem trabalhou com carteira assinada por no mínimo 30 dias, consecutivos ou não, em 2020. Também é preciso estar cadastrado no programa PIS ou no Cnis há pelo menos cinco anos —ou seja, o primeiro emprego com carteira assinada deve ter ocorrido em 2015 ou antes, dentre outras exigências.

Essa é a primeira vez que os registros do eSocial são utilizados para a concessão do abono salarial. Segundo a Dataprev, de 55 milhões de CPFs que tiveram algum registro na Rais ou no eSocial em 2020.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 23 de fevereiro.

## Mais trabalhadores conseguiram aumento acima de inflação em janeiro

As condições para as negociações de reajustes salariais em janeiro deste ano foram um pouco melhores do que as registradas nos meses anteriores. A proporção de acordos fechados com índices menores do que a variação da inflação, no entanto, ainda é alta —de 38,8% do total.

Segundo a pesquisa Salariômetro, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), o reajuste mediano no mês passado ficou em 10,20% e empatou com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), o índice mais usado nas negociações salariais, e que fechou 2021 em 10,16%. A fase de abertura de contas é chamada de processamento. Em geral, o tribunal leva cerca de uma semana para fazer o pagamento.

Nos últimos 12 meses, o reajuste mediano ficou cinco vezes abaixo do INPC e empatou com índice em outras sete vezes. Quando ele fica igual, o trabalhador garante a reposição daquilo que, no período de um ano, o poder de compra de seu salário perdeu, corroído pelo aumentos de preços.

Quando fica abaixo, porém, é como se a renda tivesse encolhido, uma vez que nem mesmo a deterioração do poder de compra é compensado.

Em janeiro, 33,4% das negociações concluídas deram aumentos acima da inflação aos trabalhadores, garantindo ganhos reais aos salários. Essa fatia não passava de 30% das negociações há pelo menos um ano.

Apesar da melhora, a Fipe prevê que as negociações em 2022 ainda serão difíceis para os trabalhadores, especialmente porque a inflação seguirá elevada durante o primeiro semestre, ao mesmo tempo em que a atividade econômica segue patinando, dificultando as condições de as empresas absorverem os custos desses reajustes.

Análise do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos) sobre os mesmos dados mostra que o escalonamento e o parcelamento de reajustes ainda foram usados nas negociações fechadas no primeiro mês do ano.

No caso do pagamento parcelado, somente 3,7% dos acordos tinham esse tipo de previsão.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 23 de fevereiro.

## Projeto determina vantagens iguais a todos os empregados em planos de demissão voluntária

O Projeto de Lei 3555/21 determina que os planos de demissão voluntária (PDVs) adotem os mesmos requisitos e vantagens para todos os empregados, independentemente da função exercida na empresa. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

A proposta é do deputado Carlos Bezerra (MDB-MT) e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com a medida, ele espera reduzir conflitos entre os trabalhadores e facilitar a decisão sobre a adesão ao PDV.

“Visando minorar os sentimentos contraditórios do empregado no momento de sua escolha, estamos apresentando a proposição. Desse modo, seja o empregado diretor da empresa ou desempenhe ele funções menos qualificadas, a proposta para adesão ao plano de demissão deverá ser a mesma”, disse Bezerra.

O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).  
Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 23 de fevereiro.

## Anvisa aprova segundo autoteste para Covid

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou o segundo autoteste para Covid-19 nesta quarta-feira (23). O produto registrado é o Autoteste COVID Ag Detect fabricado pela empresa Eco Diagnóstica Ltda.

O autoteste aprovado nesta quarta foi desenvolvido para uso de amostra obtida por swab (cotonete) nasal não profundo e que fornece o resultado após 15 minutos. O produto será fabricado no Brasil.

Segundo a avaliação, o produto atendeu aos critérios técnicos definidos pela agência reguladora e também teve o desempenho avaliado e aprovado pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, conforme estabelecido no PNE (Plano Nacional de Expansão da Testagem) do Ministério da Saúde.

Este tipo de produto permitirá a ampliação da testagem de indivíduos sintomáticos, assintomáticos e possíveis contatos. Será possível assim o isolamento precoce e a quebra de cadeia de transmissão.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 23 de fevereiro.

## Governo avalia reduzir imposto para estimular indústria, diz ministro

O governo federal estuda reduzir em até 25% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributo federal que incide sobre os artigos industrializados, nacionais ou importados, à venda no país.

Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, a intenção é estimular a atividade econômica, diminuindo custos que o setor produtivo acaba por repassar ao consumidor final.

“Vamos reindustrializar o país”, afirmou Guedes ao participar, nesta terça-feira (22), em São Paulo, de evento promovido pelo banco BTG Pactual. “Estamos preparando um movimento com o apoio do presidente da Câmara [o deputado Arthur Lira (PP-AL)]; do ministro da Casa Civil [Ciro Nogueira] e, principalmente, do presidente da República [Jair Bolsonaro]”, acrescentou o ministro ao voltar a defender a importância de uma redução dos impostos cobrados no Brasil.

“Veja que a agricultura está voando porque ela não tem o imposto sobre produto agrícola, o IPA. Agora, a indústria brasileira está sofrendo, nas últimas três, quatro décadas, impostos altos, juros altos e encargos trabalhistas excessivos. Temos que atacar essas três questões, e vamos fazer um primeiro movimento agora, reduzindo 25% do IPI. É um movimento de reindustrialização do Brasil”, declarou.

“Já que a arrecadação [com impostos] subiu fortemente, temos esses recursos que íamos investir na Reforma Tributária que empacou no Senado, o [Poder] Executivo pode dizer que o excesso de arrecadação não é para inchar a máquina [pública] de novo e que preferimos transferir este ganho de arrecadação na forma de redução de impostos para milhões de brasileiros, para todo mundo”, justificou o ministro, garantindo que a medida vai ser encaminhada junto com outras propostas do governo.

O ministro da Economia também defendeu que parte dos recursos financeiros obtidos com a venda de empresas estatais e concessões de serviços públicos passe a ser destinada a mecanismos de combate à desigualdade, como o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Para ele, a medida contribuiria para fortalecer o apoio popular às privatizações, servindo como um “incentivo para a classe política acelerar as privatizações”.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 22 de fevereiro.